

Rovena Rosa/Agência Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Lula Marques/Agência Brasil



Filho de Bolsonaro é pré-candidato a presidente

Conselho de aliado para Flávio: deixar o vice para depois

Pré-candidato à Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi aconselhado por um aliado a postergar o máximo o anúncio do nome que escolherá para ser seu companheiro de chapa. O cálculo é simples: na avaliação do autor do conselho, qualquer indicação antecipada do vice servirá de combustível para insatisfações, principalmente entre os partidos do Centrão.

Assim, o melhor a fazer agora é tratar de negociar apoios e avaliar os possíveis prêmios de consolação. Presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI) poderia ganhar a coordenação de campanha e a promessa de voltar a chefiar a Casa Civil, como fez no mandato de Jair Bolsonaro.

Saída de Ciro

Nogueira foi um dos políticos do Centrão que mais sentiram a decisão do ex-presidente de escolher o filho mais velho para disputar a Presidência. Ele contava com a possibilidade de coordenar o processo de definição do pré-candidato e de ser indicado para ocupar o posto de vice da chapa.

A decepção foi tamanha que, sem alternativa, o senador deu entrevista para manifestar seu apoio a Flávio.

Andressa Anholete/Agência Senado



Presidente do PP: problemas para se reeleger

Dificuldades no Piauí

O maior problema do presidente do PP é a dificuldade de que terá na disputa por uma das duas vagas para o Senado. Em 2022, foi no Piauí que o presidente Lula (PT) conquistou o maior percentual de votos — 76,86% no segundo turno. Identificado com o bolsonarismo, Nogueira prevê muitos problemas por lá. No estado, o PT deverá apoiar a candidatura ao Senado do deputado Júlio César (PSD). O favorito é Marcelo Castro (MDB) que, como Nogueira, foi eleito em 2018.

Alternativa feminina

Muita gente no Centrão ainda tem expectativa de que Flávio desista da candidatura. Mas, pelo sim, pelo não, há os que defendem o nome da senadora Tereza Cristina (PP-MS), que foi ministra da Agricultura de Bolsonaro. Sua candidatura seria um aceno às mulheres e ao agronegócio — ela é empresária e engenheira agrônoma.

O fator Jair

Mas além das questões políticas, a escolha do vice também dependerá de Jair Bolsonaro. Ele tem muito medo de traições, tanto que escolheu generais para ocupar o posto em suas duas candidaturas à Presidência. No Planalto, não demorou muito para brigar com Hamilton Mourão, seu vice.

No inferno

Um vídeo que reúne declarações de Bolsonaro sobre condições de presídios começou a circular em redes sociais assim que seus advogados reclamaram das condições de sua prisão, na Polícia Federal. Em suas falas, o então deputado diz que cadeia tem que ser um inferno e que vai pra lá deve pagar seus pecados.

Samba do Lulalá

Para o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), a oposição não deve tomar medidas para tentar impedir que o desfile da Acadêmicos de Niterói, que homenageará Lula, vire ato de campanha do presidente. Como ressaltou a Coluna Magnavita, o samba da escola faz referência explícita ao jingle “Lulalá”.

Risco de vaías

Portinho avalia que o desfile, no Grupo Especial, será ruim para Lula: “Corre o risco de ser vaiado e chamado de ladrão. E a escola acabará rebaixada”, prevê. Para o senador, Janja, mulher do presidente, acabará indo ao desfile: “Ela vai querer ser rainha de bateria”, ironiza. A Acadêmicos e a Viradouro receberam verbas extras da Prefeitura de Niterói.

FM



Placa em rua de Botafogo

Perigo na pista

Famosa pela concentração de bares, a Rua Nelson Mandela, em Botafogo, passou a exibir em um poste placa que alerta para o risco representado por pessoas alcoolizadas. O aviso é dirigido aos motoristas e mostra um boneco atravessando a rua, engatinhando, com uma garrafa na mão: “Bébados atravessando”, diz.



Mercado teme questionamento sobre autonomia do BC

TCU determina inspeção sobre Master

Decisão provoca reação do mercado em defesa do BC

Por Beatriz Matos

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a realização de uma inspeção no Banco Central para examinar os procedimentos que levaram à liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada em novembro de 2025. A apuração não revisa o mérito técnico da decisão regulatória, mas busca verificar se o processo decisório observou os princípios da legalidade, motivação e proporcionalidade, além de apurar se houve análise documentada de alternativas menos gravosas, diante do impacto sistêmico da medida e de possíveis reflexos sobre o Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A inspeção foi determinada após representação do Ministério Público junto ao TCU e ocorre em um contexto mais amplo, iniciado pelas investigações sobre fraude na venda de carteiras de crédito do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB). As operações, estimadas em cerca de R\$ 12 bilhões, são apuradas pela Polícia Federal e estão na origem da crise que culminou na intervenção regulatória.

Segundo o despacho do relator, ministro Jhonatan de Jesus, o trabalho do TCU tem caráter instrutório e documental.

As investigações da Polícia Federal (PF) apuram suspeitas de irregularidades na venda, pelo Banco Master, de carteiras de

crédito ao BRB. O caso levou à abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) e ao aprofundamento das apurações sobre a governança das operações, a avaliação dos ativos e os procedimentos internos adotados pelas instituições envolvidas. Em nota, o presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, afirmou que a inspeção decorre diretamente da Constituição Federal e não compromete a autonomia técnica do Banco Central. Segundo ele, o controle externo incide sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, sem interferir no mérito das decisões regulatórias.

A decisão do Tribunal de Contas de inspecionar a atuação do Banco Central na liquidação do Banco Master levantou questionamentos no mercado financeiro sobre os limites do controle externo, especialmente após 11 entidades representativas do setor divulgarem nota em defesa da autonomia técnica do regulador e da preservação de sua autoridade institucional.

Para a advogada Daniela Poli Vlavianos, do escritório Arman Advocacia, a iniciativa é legítima, desde que respeite fronteiras claras. “É institucionalmente correto o Tribunal de Contas da União determinar a realização de inspeção sobre a atuação do Banco Central, desde que fique limitado ao controle de legalidade”.